



Sindicato Nacional do Ensino Superior

Relatório da Actividade da Direcção

01/01/97-01/09/98

A actual Direcção do SNESup, completou em Março do corrente ano os seus dois anos de mandato, devendo as eleições para os próximos corpos sociais realizar-se até finais de 1998. Assim, optou-se pela apresentação de um relatório de actividades extensivo ao período Janeiro 97/Setembro 98, ao invés do habitual “relatório anual”.

Nos últimos 20 meses da actividade do SNESup, há que destacar alguns desenvolvimentos no plano da **actividade sindical**, e também diversos aspectos de **organização interna** do sindicato.

I. Actividade sindical

I.1. A política reivindicativa e as negociações com o Governo

I.1.1. Revalorização salarial

Na sequência do acordo assinado em 1996 entre o Governo e a PRC, que consagrou um aumento de 20 % do índice 100 das carreiras, a atingir até final de 1999, e a garantia que “a remuneração base das carreiras do ensino superior em tempo integral (assistente estagiário e assistente do 1º triénio) não seja nunca inferior à base da carreira do ensino básico e secundário com licenciatura (índice 120)”, prosseguiram as negociações para a revalorização salarial de 1997, de que resultaram:

- um aumento de 3.1 % sobre o índice 100 das carreiras;
- a criação do 4º escalão na categoria de professor auxiliar dos quadros transitório das instituições do ensino superior politécnico, a que corresponde o índice remuneratório 245;
- o fim do adicional de 2 % criado em 1992.

Este acordo ficou aquém das expectativas, uma vez que a revalorização real daqueles que já recebiam o adicional, se ficou pelos 1.6 %. No entanto, garantido que foi pelo Governo, que até final de 1999 se procederia à revalorização especial de 13.6 %, necessária para atingir a meta dos 20 %, entendeu a PRC assinar o que foi classificado de “acordo possível”. O Decreto-Lei relativo à revalorização salarial de 1997, seria apenas publicado 6 meses mais tarde, a 16 de Agosto. Este atraso, que nos causou alguma inquietação, foi justificado pelo Presidente da Comissão Negociadora do Ministério da Educação, o qual, em carta de 28/05/97 dirigida à PRC, refere a falta de cabimento orçamental do Ministério da Ciência e Tecnologia para cobrir os aumentos dos investigadores.

Relativamente à revalorização salarial para 1998, foi acordado com o ME um aumento de 2.8 % sobre o índice 100, entre 1 de Janeiro e 30 de Setembro de 1998, e um aumento de 3.6 % a partir de Outubro. No nosso entender, tratou-se de um bom acordo, uma vez que havia algum receio que o Governo estivesse a guardar para o último ano da legislatura, a maior fatia da revalorização ainda em falta, o que não se verificou. No entanto, à semelhança do que acontecera no ano anterior, houve novo atraso na publicação do respectivo Decreto-Lei, o que motivou o Comunicado de Imprensa da

PRC (Anexo I) e uma carta do SNESup ao Director do Departamento do Ensino Superior, que não obteve resposta. O Diploma foi finalmente publicado a 11 de Setembro, com uma alteração dos valores acordados, para 3 e 3.5 %, alteração que não foi previamente comunicada à PRC.

Em suma, podemos concluir que em matéria de revalorização salarial das carreiras docentes e de investigação do ensino superior, o acordo firmado em 1996 entre a PRC e o Governo, está a ser cumprido, faltando uma parcela de aumento de 6.5 % para a sua total implementação.

I.1.2. Estatutos de carreira

Em Dezembro de 1996, o Ministério da Educação apresentou uma nova proposta de anteprojecto de articulado de Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), que foi objecto de um parecer da PRC (“Parecer sobre a proposta de anteprojecto de articulado do ECDU”) e da elaboração do documento “Proposta da PRC para a estrutura de um novo ECDU”. Após o envio destes documentos aos nossos associados, reiniciou-se o processo de discussão do ECDU, tanto a nível interno, como entre o ME e a PRC. A nível interno, recolheram-se as contribuições enviadas por sócios e não-sócios, que foram divulgadas no SNESup Informação, e houve lugar à participação em reuniões-debates em várias escolas (Universidade de Aveiro, Faculdade de Ciências de Lisboa, Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Setúbal). Quanto às negociações com o ME, podemos dizer que estas entraram numa nova fase, na medida em que pela primeira vez as propostas da PRC foram discutidas. No entanto, o calendário negocial que o ME propôs acabou por não ser cumprido, e só em Novembro de 1997 é que a Comissão Negociadora do Ministério da Educação (CNME) apresentou as suas novas versões de estatutos das carreiras docentes universitária e politécnica. A primeira reacção às linhas dos documentos apresentados pelo ME foi de desilusão e de indignação, tendo merecido da parte do SNESup um total repúdio, consubstanciado nos documentos “Estes estatutos não podem passar” e “Análise sumária das propostas de estatutos de carreira apresentados pelo ME”, divulgados nos números de Outubro e Novembro de 1997 do SNESup Informação.

Em Fevereiro de 1998, numa reunião entre a PRC e a CNME, o Ministério mostrou alguma abertura às posições da PRC, nomeadamente em relação à *situação dos assistentes, excesso de provas públicas e situação dos docentes a quem seja recusada a nomeação definitiva*. Em Março, o SNESup participou ainda em duas reuniões tripartidas ME-CRUP-Sindicatos e ME-CCISP-Sindicatos, convocadas pela CNME com o objectivo de confrontar as posições dos vários parceiros envolvidos na discussão dos estatutos de carreira. Volvidos mais de 5 meses sobre a última ronda negocial, estamos em crer que o ME ainda não elaborou qualquer outra proposta. Em entrevista ao jornal Público (26/07/98), o presidente da CNME, Pedro Lourtie, alegou falta de disponibilidade pessoal e insuficiência de meios do Departamento do Ensino Superior (DESUP) para justificar o protelamento nesta matéria. Em face do arrastamento do processo negocial, e duvidando da vontade e (ou) capacidade do ME em apresentar a curto prazo propostas que fossem de encontro às aspirações dos docentes e posições da PRC, foi considerada pela Plataforma uma alteração na sua estratégia reivindicativa. Assim, entendeu-se pressionar o ME para a resolução de questões tidas como prioritárias, a começar pelo alargamento dos quadros das Universidades. A fim de fundamentar esta reivindicação, foi feito um levantamento sobre a situação dos quadros em todas as faculdades, que publicámos no SNESup Informação (nºs 46/47/48 de Abril e Junho de 1998). No entanto, esta iniciativa não teve o seguimento esperado, dado o progressivo alheamento dos outros dois parceiros da PRC.

Há ainda a referir a organização pela PRC, em Junho de 1997, de uma consulta/inquérito aos docentes e investigadores, sobre estatutos de carreira, cujos resultados divulgámos no número de Julho do SNESup Informação

Podemos concluir que em 1997/98 se goraram as expectativas criadas à volta da revisão dos estatutos das carreiras, dado que o ME, além de não ter cumprido com o calendário negocial, foi incapaz de formular uma proposta de estatutos que fosse de encontro às aspirações dos docentes. Também a contribuição da PRC nesta matéria, a partir de Março de 1998 foi praticamente nula, tendo o SNESup assumido sozinho as seguintes reivindicações em matéria de alargamento de quadros:

- a abertura imediata de concursos de acesso às categorias de professor associado e catedrático, em número total de vagas que resultam da aplicação do “Despacho relativo ao acompanhamento e aplicação das estruturas dos quadros de pessoal adoptadas pelas Universidades”;
- provimento dos professores auxiliares com agregação, que cumpram os requisitos do art.º 41º do ECDU, e tenham um mínimo de 5 anos na categoria de professor auxiliar, na categoria de professores associados;
- provimento dos actuais professores associados com agregação, que cumpram os requisitos do art.º 40º do ECDU, na categoria de professores catedráticos.

Em relação à revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC), tomámos conhecimento da existência de um Documento de Trabalho oriundo do Ministério da Ciência e Tecnologia, que no entanto não foi enviado aos sindicatos. Em resposta ao pedido de esclarecimento do SNESup ao ministro Mariano Gago sobre este assunto, fomos informados que ainda não foi elaborada qualquer proposta de ECIC.

I.1.3. Funcionamento da PRC

No seguimento da consulta da PRC aos docentes e investigadores, sobre estatutos de carreira, a Direcção do SNESup tomou uma posição sobre alguns procedimentos incorrectos por parte da FENPROF, nomeadamente, o envio de documentação da PRC em envelopes do Sindicato dos Professores do Norte e do Sindicato dos Professores da Região Centro, e ainda, a tomada de posição pública pelo Secretariado da FENPROF sobre um parecer do CRUP relativo ao anteprojecto de revisão do ECDU, sem ter o cuidado de informar previamente os parceiros da PRC dessa posição. Este incidente (posteriormente esclarecido por parte da FENPROF), e também a indefinição sobre o papel das Comissões de Docentes e Investigadores (CDI's) no processo de consulta/inquérito aos docentes e demais processo reivindicativo, apesar de não ter tido repercussões no processo negocial com o ME, deixava já antever a necessidade de clarificar alguns aspectos do funcionamento da Plataforma, nomeadamente a autonomia de cada organização sindical.

A partir de Março de 1998, a PRC deixou de se fazer ouvir, e só por insistência por parte do SNESup, é que a FENPROF concordou em assinar o Comunicado de Imprensa em que se criticava o ME pelo atraso na publicação do diploma de revalorização salarial. Em relação ao processo negocial dos estatutos de carreira, o SNESup elaborou por sua conta o estudo sobre a situação dos quadros das universidades, tarefa que tinha sido previamente distribuída pelos 3 parceiros da PRC. Entretanto, tomámos conhecimento de acordos entre a FENPROF e a FNE relativamente ao ensino básico e secundário, e de reuniões sobre o ensino superior entre estas duas organizações.

Em face da indefinição estratégica e organizacional em que se encontra a PRC, é urgente repensar o futuro desta coligação, devendo o SNESup tomar a iniciativa na elaboração e apresentação de propostas em matéria de estatutos de carreira, e começar desde já a pensar na próxima fase de revalorização salarial, a partir do ano 2000.

I.2. Intervenção pública do SNESup

I.2.1. Escolas

Conflitos de natureza diversa, ditaram a intervenção do SNESup na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Faculdade de Arquitectura de Lisboa, Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), Escola Náutica Infante D. Henrique (ENIDH) e Instituto Superior de Gestão (ISG).

No primeiro caso, trata-se de um conflito que se arrasta desde há anos na Unidade de I&D Química-Física Molecular do Departamento de Química da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, de que resultou o impedimento no acesso às instalações do Centro a um grupo de docentes. No seguimento de iniciativas que tiveram lugar ainda em 1996 (ver relatório de actividades de 1996), o SNESup participou numa conferência de imprensa convocada pela PRC no Departamento de Química daquela faculdade, amplamente publicitada na comunicação social. Este assunto foi tratado nos números de Março e Maio de 97 do SNESup Informação.

Sobre a situação vivida na Faculdade de Arquitectura de Lisboa, o SNESup divulgou a sua posição através de um comunicado publicado no Público como publicidade paga (Anexo II), tendo também participado em três reuniões com docentes e estudantes de Arquitectura, e a FENPROF. Como é do conhecimento geral, foi recentemente instaurada uma sindicância a esta escola, pelo Reitor da Universidade Técnica.

A situação vivida no ISLA, que configura a violação de diversos direitos laborais dos docentes e uma interferência ilegítima na sua autonomia pedagógica, motivou uma denúncia do SNESup à Inspeção Geral do Trabalho (IGT) e Inspeção Geral de Educação, e a instauração de um processo judicial a esta escola. No seguimento desta denúncia, reunimos com a IGT no passado mês de Julho, que nos informou da sua intenção de reunir com a administração do ISLA. Entretanto, e na sequência do despedimento do nosso delegado sindical do ISLA, e membro do Conselho Nacional, foi divulgado o comunicado de imprensa em anexo (Anexo III), e interposta uma providência cautelar em tribunal, que suspendeu o despedimento.

Na ENIDH, vive-se uma situação de instabilidade, motivada:

- pela não-aplicação da Lei de Autonomia do Ensino Superior Politécnico, com reflexos na ausência de gestão democrática da escola;
- pelo aparecimento de uma proposta de Lei Orgânica para esta escola, da autoria do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, e que mereceu a reprovação dos docentes e sindicatos.

Em colaboração com o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) e sindicatos representativos do sector da marinha mercante, foram levadas a cabo as seguintes acções:

- reuniões de docentes;
- reunião com o Secretário de Estado do Ensino Superior;
- conferência de imprensa (24/06/98);
- pedido de audiência ao Ministro da Educação e ao Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

No Instituto Superior de Gestão de Lisboa, o SNESup continua a acompanhar em Tribunal um conflito que se arrasta há anos, relativo ao despedimento de dois docentes daquela escola, nossos delegados sindicais.

I.2.2. Escolas Superiores de Ensino de Enfermagem

A implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo nas escolas superiores de ensino de enfermagem, implicou uma reestruturação apressada dos *curricula* (uma licenciatura em 4 anos), que foram propostos aos ministérios da Saúde e Educação. No entanto, o novo regime, consagrado pela lei, não foi aceite pelo próprio Governo, criando uma situação de revolta entre docentes e estudantes. Em relação a esta matéria, o SNESup divulgou em comunicado de imprensa, as resoluções de um plenário dos professores das Escolas Superiores de Enfermagem (Anexo IV).

I.2.3. Ensino Superior Particular e Cooperativo

Em 1997, decorreu o processo negocial com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, sobre o Regulamento da Carreira Privada de Docente da Escola Superior de Saúde de Alcoitão, que terminou com a aprovação de uma versão consensual para as partes envolvidas.

Uma delegação da Direcção do SNESup reuniu com o Ministro da Educação, Secretário de Estado do Ensino Superior e Director do DESUP, para discutir a situação do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

Foi realizada uma conferência de imprensa (23/07/97) sobre a situação neste sector de ensino.

I.2.4. Assembleia da República

Uma delegação da Direcção do SNESup foi recebida em Junho de 1997, pela Comissão Parlamentar de Educação e Cultura da Assembleia da República. Foi feita uma exposição crítica à Proposta de alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e Proposta de Lei do Financiamento do Ensino Superior apresentadas pelo Governo, a que se seguiu um período de perguntas e respostas com a participação dos deputados do PS, PSD e PCP presentes.

I.2.5. CRUP

No âmbito da PRC, estavam previstas reuniões periódicas com o CRUP, sobre diversas questões do ensino superior, tendo sido designado o Reitor Meira Soares como representante daquele órgão. No entanto, desde meados de 1997 que estas reuniões deixaram de ter lugar.

Entretanto, o SNESup tomou por diversas ocasiões, posições discordantes sobre algumas resoluções do CRUP relativas a “Normas para a colaboração entre instituições do ensino superior em Portugal”, e que foram divulgadas no SNESup Informação (nºs 37/40/41/42).

I.2.6. Media

Participações do SNESup nos *media*:

- Programa “Maria Elisa” na RTP1, a 16 de Abril de 1997;
- Artigo no Suplemento Ensino do DN (Maio 1998) “Investir na qualidade para sair da crise” (Anexo V);

- Directos na rádio sobre os temas “Estatutos de carreira”, “Revalorização salarial” e “Turboprofessores”.

Em resposta à conferência de imprensa dada pelo Ministério da Educação, relativa à situação dos docentes em regime de acumulação, foi emitido o comunicado de imprensa “A caça aos turboprofessores” (Anexo VI).

I.3. Serviços aos sócios

I.3.1. Informação

Em 1997 e nos primeiros 8 meses de 1998, foram publicados respectivamente, 8 e 5 números do SNESup Informação, o que ficou aquém das nossas expectativas de manter a sua periodicidade mensal. Verificamos que, na ausência de processos negociais com o ME, e sem a contribuição dos nossos associados, é difícil arranjar matéria noticiosa que justifique a edição mensal deste boletim.

Devido a constrangimentos no funcionamento da Direcção, não teve seguimento a iniciativa lançada em 1996, da edição de um boletim oficioso - *Correio (da) Permanente*- que visava a circulação rápida da informação nas escolas através dos nossos delegados sindicais.

A contrabalançar estes aspectos negativos da imprensa escrita do SNESup, há que realçar o investimento feito na nossa página da Internet, que se traduziu na:

- publicação prévia da edição electrónica do SNESup Informação;
- divulgação dos comunicados de imprensa;
- inscrição de sócios via Internet;
- organização de uma base de dados com os endereços electrónicos de todos os docentes das Universidades e Politécnicos, possibilitando o mailing electrónico;
- abertura recente da Secção “Concursos Públicos”, actualizada semanalmente, que divulga todos os concursos abertos para as categorias de Prof. catedrático, Prof. associado, Prof. coordenador e Prof. adjunto. A abertura desta secção foi publicitada no Público e Capital (a pedido deste diário), e a sua divulgação feita também junto dos Conselhos Científicos das Universidades e Politécnicos, e mailing electrónico aos docentes.

I.3.2 Apoio Jurídico

Desde 1996, mantivemos as consultas jurídicas semanais nas nossas instalações, prestadas por um advogado contratado em regime de avença. Em Setembro deste ano, procedemos a uma remodelação dos nossos serviços de apoio jurídico, com a contratação de um novo advogado em substituição do anterior, e com o alargamento do leque de funções, nomeadamente:

- o acompanhamento e patrocínio de processos judiciais;
- o acompanhamento de dirigentes do SNESup em reuniões com entidades públicas ou privadas de ensino superior, politécnico ou equiparado;
- o acompanhamento de dirigentes do SNESup em negociações e mediação a nível governamental e/ou na negociação colectiva.

Foi feita a assinatura do serviço *on line* da Jurinfor (legislação, bases de dados jurídicas, etc).

I.3.3. Seguro de Saúde

A par do Apoio Jurídico, o Seguro de Saúde é um serviço que, estamos em crer, está na base da sindicalização de vários docentes. Em 1997, pela primeira vez, a anuidade do Seguro de Saúde não sofreu alteração por parte da Império. No entanto, verificámos que alguns dos nossos associados que beneficiavam da modalidade de opção (Módulo II), tinham deixado de efectuar o pagamento da respectiva anuidade há mais de um ano, o que nos obrigou ao seu cancelamento após sucessivos avisos. Convém não esquecer que a anuidade do Seguro é paga integralmente (Módulos I e II) à Império pelo SNESup, e só depois procedemos à cobrança da modalidade de opção aos sócios.

I.3.4. Centro de Documentação

O Centro de Documentação sobre o Ensino Superior, gerido conjuntamente pelo SNESup e a Associação Portuguesa do Ensino Superior (APES), não está ainda em condições de funcionamento, dada a mudança de instalações e a ausência de um projecto que defina as linhas de orientação do Centro e respectivo regulamento. No entanto, dada a excelência das condições agora disponibilizadas pelo SNESup para o Centro de Documentação, estamos em crer que ele poderá responder a curto prazo, às necessidades dos associados das duas instituições.

I.3.5. Outros

Foram estabelecidos acordos de colaboração com várias empresas (ver listagens no SNESUP Informação n.º 40/41 de Agosto/Setembro de 1997 e n.º 44 de Janeiro de 1998) que conferem descontos aos sócios.

Foi feita a assinatura da edição electrónica *on line* do Diário da República.

Na sequência da mudança de instalações, disponibilizámos aos nossos associados uma *linha verde* gratuita.

II. Organização interna

II.1. Recomposição da Direcção

No relatório de actividades da Direcção de 1996, tínhamos referido as dificuldades em colmatar as saídas dos colegas Pedro Lourtie e Maria Luís Rocha Pinto, que, como é sabido, passaram a desempenhar funções no Ministério da Educação. Em 1997, abandonou a Direcção mais um membro efectivo, a colega Isabel Lousada, que foi substituído pelo respectivo suplente, de acordo com os estatutos do SNESup. Em Janeiro de 1998, o colega Jorge Pedreira suspendeu o seu mandato por 4 meses, tendo de seguida apresentado a demissão de presidente da Direcção. A saída de membros efectivos da Direcção, apesar da contribuição e empenho dos colegas que os substituíram, e também da presidente do Conselho Nacional, acabou por concentrar num núcleo restrito todas as tarefas organizativas e administrativas. Se bem que a Direcção tenha mantido o sindicato no seu rumo certo, esta situação reflectiu-se sobretudo a nível da intervenção do SNESup nas escolas, inclusive na interface com os delegados sindicais, e na prestação pouco actuante no seio da PRC.

II.2. Instalações e Recursos Humanos

Em finais de 1997, o SNESup adquiriu sede própria, situada na Av. 5 de Outubro, em Lisboa, tendo o projecto definitivo de obras no andar, sido aprovado em reunião da Direcção de 1 de Abril de 1998. Na mesma reunião foi ainda aprovada a venda do andar da Guerra Junqueiro, pelo valor de Esc: 35.100.000\$00, cujo contrato de promessa de compra e venda foi celebrado em Junho do corrente ano.

A aquisição de sede própria do SNESup, representa um salto qualitativo e quantitativo na vida do sindicato, que importa realçar. A excelência das novas instalações, para além de se traduzir no enriquecimento do património, permitirá uma melhoria significativa de todos os serviços administrativos e de apoio aos sócios, condições indispensáveis ao reforço da actividade sindical.

O esforço posto na informatização dos serviços, justificou a contratação de um novo funcionário, de cujas funções fazem parte:

- assessorar a gestão informática do SNESup, nomeadamente, no tratamento da correspondência e documentação, e organização de bases de dados;
- manutenção do equipamento informático;
- organização do Centro de Documentação.

Foram alterados os termos da colaboração que vínhamos mantendo com uma acessora de imprensa, jornalista da TVI, substituindo a avença mensal por trabalho “pago à peça”.

III. Anexos (não incluídos no SNESup Informação)

- Anexo I: Comunicado de imprensa “ME tarda em cumprir acordo de revalorização salarial” (Junho 98).
- Anexo II: Comunicado de imprensa “Posição do SNESup sobre a situação na Faculdade de Arquitectura de Lisboa” (Abril 98).
- Anexo III: Comunicado de imprensa sobre a situação no ISLA (Julho 98).
- Anexo IV: Mudanças no ensino da enfermagem (Junho 98).
- Anexo V: Artigo no Suplemento Ensino do DN .
- Anexo VI: “A caça aos turboprofessores” (Maio 98).